

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 05 de fevereiro do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0027/2019

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.048.175/2018-1 de 07/05/2018

Auto de Infração de Transporte nº 70943 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

**EMENTA**

TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 4.406/2003 – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO SEMOB. TRANSITAR COM PLACA LATERAL DE ITINERÁRIO FEITO DE PAPEL. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO DISPOSITIVO LEGAL NÃO ELENCA POSSIBILIDADE DE PRESCRIÇÃO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO - AUSÊNCIA DE PROVA - PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. Apesar do legislador no Decreto 4214, art. 45, §3º estabelecer prazo de 15 dias para notificação este não prevê penalidade ou consequência em caso de descumprimento do respectivo diploma. Alegada prescrição não merece prosperar. A existência da placa digital lateral com o itinerário feita de papel e não de material durável fere o que determina a lei, podendo causar transtornos desnecessários aos usuários do transporte público. Tal constatação configura a infração tipificada no artigo 2º c/c artigo 3º da Lei 4.406/03. A ausência de provas a assegurar o argumento de defesa, corrobora para a presunção de legitimidade do ato administrativo, mantendo-se portanto, a multa aplicada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Vitor de Oliveira Tavares; 2. Helenise Aparecida Lara de S. Ferreira; 3. Marcelo Daubian Paes de Barros; 4. Roberto Carloni de Assis; 5. Dauto Barbosa Castro Passare e 6. Divalmo Pereira Mendonça.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 05 de fevereiro de 2.019

*Vitor de Oliveira Tavares*  
Presidente da Turma

*Samuel Barrem da Silva*  
Conselheiro Relator

*Edilson Rosendo da Silva*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 05 de fevereiro do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0028/2019

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.048.167/2018-1 de 07/05/2018

Auto de Infração de Transporte nº 70941 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

**EMENTA**

TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 4.406/2003 – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO SEMOB. TRANSITAR COM PLACA LATERAL DE ITINERÁRIO FEITO DE PAPEL. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO DISPOSITIVO LEGAL NÃO ELENCA POSSIBILIDADE DE PRESCRIÇÃO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO - AUSÊNCIA DE PROVA - PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. Apesar do legislador no Decreto 4214, art. 45, §3º estabelecer prazo de 15 dias para notificação este não prevê penalidade ou consequência em caso de descumprimento do respectivo diploma. Alegada prescrição não merece prosperar. A existência da placa digital lateral com o itinerário feita de papel e não de material durável fere o que determina a lei, podendo causar transtornos desnecessários aos usuários do transporte público. Tal constatação configura a infração tipificada no artigo 2º c/c artigo 3º da Lei 4.406/03. A ausência de provas a assegurar o argumento de defesa, corrobora para a presunção de legitimidade do ato administrativo, mantendo-se portanto, a multa aplicada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Vitor de Oliveira Tavares; 2. Helenise Aparecida Lara de S. Ferreira; 3. Marcelo Daubian Paes de Barros; 4. Roberto Carloni de Assis; 5. Dauto Barbosa Castro Passare e 6. Divalmo Pereira Mendonça.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 05 de fevereiro de 2.019

*Vitor de Oliveira Tavares*  
Presidente da Turma

*Samuel Barrem da Silva*  
Conselheiro Relator

*Edilson Rosendo da Silva*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 05 de fevereiro do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0029/2019

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.048.196/2018-1 de 07/05/2018

Auto de Infração de Transporte nº 70931 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

**EMENTA**

TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 4.406/2003 – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO SEMOB. TRANSITAR SEM PLACA LATERAL DE ITINERÁRIO. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO DISPOSITIVO LEGAL NÃO ELENCA POSSIBILIDADE DE PRESCRIÇÃO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO - AUSÊNCIA DE PROVA - PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. Apesar do legislador no Decreto 4214, art. 45, §3º estabelecer prazo de 15 dias para notificação este não prevê penalidade ou consequência em caso de descumprimento do respectivo diploma. Alegada prescrição não merece prosperar. A não existência da placa digital lateral com o itinerário dificulta os usuários do transporte público a identificação da linha podendo ocasionar prejuízos incomensuráveis, configura infração tipificada no artigo 1º c/c artigo 3º da Lei 4.406/03. A ausência de provas a assegurar o argumento de defesa, corrobora para a presunção de legitimidade do ato administrativo, mantendo-se portanto, a multa aplicada

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Vitor de Oliveira Tavares; 2. Helenise Aparecida Lara de S. Ferreira; 3. Marcelo Daubian Paes de Barros ; 4. Roberto Carloni de Assis ; 5. Dauto Barbosa Castro Passare e 6. Divalmo Pereira Mendonça.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 05 de fevereiro de 2.019

*Vitor de Oliveira Tavares*  
Presidente da Turma

*Samuel Barrem da Silva*  
Conselheiro Relator

*Edilson Rosendo da Silva*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 05 de fevereiro do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0030/2019

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.048.165/2018-1 de 07/05/2018

Auto de Infração de Transporte nº 70939 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

**EMENTA**

TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 4.406/2003 – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO SEMOB. TRANSITAR COM PLACA LATERAL DE ITINERÁRIO FEITO DE PAPEL. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO DISPOSITIVO LEGAL NÃO ELENCA POSSIBILIDADE DE PRESCRIÇÃO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO - AUSÊNCIA DE PROVA - PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. Apesar do legislador no Decreto 4214, art. 45, §3º estabelecer prazo de 15 dias para notificação este não prevê penalidade ou consequência em caso de descumprimento do respectivo diploma. Alegada prescrição não merece prosperar. A existência da placa digital lateral com o itinerário feita de papel e não de material durável fere o que determina a lei, podendo causar transtornos desnecessários aos usuários do transporte público. Tal constatação configura a infração tipificada no artigo 2º c/c artigo 3º da Lei 4.406/03. A ausência de provas a assegurar o argumento de defesa, corrobora para a presunção de legitimidade do ato administrativo, mantendo-se portanto, a multa aplicada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Vitor de Oliveira Tavares; 2. Helenise Aparecida Lara de S. Ferreira; 3. Marcelo Daubian Paes de Barros; 4. Roberto Carloni de Assis; 5. Dauto Barbosa Castro Passare e 6. Divalmo Pereira Mendonça.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 05 de fevereiro de 2.019

*Vitor de Oliveira Tavares*

Presidente da Turma

*Edilson Rosendo da Silva*

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

*Samuel Barrem da Silva*

Conselheiro Relator

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 05 de fevereiro do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0031/2019

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.048.166/2018-1 de 07/05/2018

Auto de Infração de Transporte nº 70940 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

**EMENTA**

TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 4.406/2003 – MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO SEMOB. TRANSITAR COM PLACA LATERAL DE ITINERÁRIO FEITO DE PAPEL. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO DISPOSITIVO LEGAL NÃO ELENCA POSSIBILIDADE DE PRESCRIÇÃO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO - AUSÊNCIA DE PROVA - PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. Apesar do legislador no Decreto 4214, art. 45, §3º estabelecer prazo de 15 dias para notificação este não prevê penalidade ou consequência em caso de descumprimento do respectivo diploma. Alegada prescrição não merece prosperar. A existência da placa digital lateral com o itinerário feita de papel e não de material durável fere o que determina a lei, podendo causar transtornos desnecessários aos usuários do transporte público. Tal constatação configura a infração tipificada no artigo 2º c/c artigo 3º da Lei 4.406/03. A ausência de provas a assegurar o argumento de defesa, corrobora para a presunção de legitimidade do ato administrativo, mantendo-se portanto, a multa aplicada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Vitor de Oliveira Tavares; 2. Helenise Aparecida Lara de S. Ferreira; 3. Marcelo Daubian Paes de Barros; 4. Roberto Carloni de Assis; 5. Dauto Barbosa Castro Passare e 6. Divalmo Pereira Mendonça.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 05 de fevereiro de 2.019

*Vitor de Oliveira Tavares*  
Presidente da Turma

*Samuel Barrem da Silva*  
Conselheiro Relator

*Edilson Rosendo da Silva*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 06 de fevereiro do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0032/2019

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **NOVO LAR SUPERMERCADO EIRELE ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMS

Recurso Voluntário Processo nº: 0.013.515/2018-1-1 de 08/02/2018

Auto de Infração – Multa nº 305 – SMS – Valor: R\$ 2.492,68

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO. AUTO DE INFRAÇÃO. VIGILÂNCIA SANITÁRIA. PRODUZIR, TRANSFORMAR, VENDER PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE PÚBLICA SEM REGISTRO. INEXISTÊNCIA DE HIGIENE NO AMBIENTE. PROVIDÊNCIAS NÃO DILIGENCIADAS. APREENSÃO. DECISÃO DE 1º GRAU QUE MANTEVE A APLICAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO. RAZÕES E PROVAS JUNTADAS AOS AUTOS NÃO POSSUEM O CONDÃO DE DESCARACTERIZAR AS INFRAÇÕES CONTIDAS NOS AUTOS. RISCO EMINENTE À SAÚDE PÚBLICA. PENALIDADE DE MULTA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Vigilância Sanitária e seus Agentes Públicos primam pela garantia e segurança da saúde pública à população. Auto de Infração lavrado consubstanciado na ocorrência de várias notificações e apreensões de produtos impróprios para consumo. Recorrente não trouxe aos autos qualquer prova ou mesmo argumento capaz de levar a entendimento favorável ao seu pleito. Recurso conhecido e desprovido. Auto de infração mantido na íntegra.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício do Senhor Luiz Mário Massad Gomes da Silva, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa ; 2. Onofre Russo Filho; 3. Rafael Furman Alves de Souza ; 4. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 5. Reginaldo da Conceição Amorim e 6. Luiz Mário Massad Gomes da Silva.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 06 de fevereiro de 2.019

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Luiz Mário Massad Gomes da Silva*  
Presidente da Turma  
Conselho de Recursos Fiscais

*Sônia Cristina de Oliveira Lelis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 12 de fevereiro do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0033/2019

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.113.588/2016-1 de 01/11/2016

Auto de Infração de Transporte nº 66390 - SEMOB - Valor: R\$ 1000,00

**EMENTA**

TRANSPORTE COLETIVO. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM DE SERVIÇO DA SEMOB. DESCUMPRIMENTO DE HORÁRIO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO. AUSÊNCIA DE PROVA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. RECURSO CONHECIDO – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. A utilização de pneus desgastados e cortados, bem como a utilização de ônibus com “pisca alerta” inoperante, indubitavelmente colocam em risco os usuários do transporte público, configurando a infração tipificada no inciso II do artigo 1º da Lei 5.766/13, combinado com o anexo I, grupo VIII, código “a”. A ausência de provas a assegurar o argumento de defesa, corrobora para a presunção de legitimidade do ato administrativo, mantendo-se portanto, a multa aplicada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício da Senhora Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Helenise Aparecida Lara de S. Ferreira ; 2. Divalmo Pereira Mendonça ; 3. Roberto Carloni de Assis e 4. Dauto Barbosa Castro Passare.

O conselheiro Samuel Barrem da Silva se deu por impedido.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 12 de fevereiro de 2.019

*Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira*  
Presidente da Turma

*Vitor de Oliveira Tavares*  
Conselheiro Relator

*Edilson Rosendo da Silva*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 13 de fevereiro do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0034/2019

Conselheiro Relator: *Jaime Marcelino Ferreira Júnior*

Recorrente: **MARIA GABRIELA SALDIBA COUTINHO**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMS

Recurso Voluntário Processo nº: 0.079.540/2018-1-1 de 27/07/2018

Auto de Infração – Multa nº 333 – SMS - Valor: R\$ 24.704,68

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO. AUTO DE INFRAÇÃO. VIGILÂNCIA SANITÁRIA. DEIXOU DE CUMPRIR COM A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA E CÓDIGO DE ÉTICA VIGENTE. DECISÃO DE 1º GRAU MANTEVE A APLICAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO. CONFISSÃO PROMOVIDA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. RAZÕES E PROVAS JUNTADAS AOS AUTOS NÃO POSSUEM O CONDÃO DE DESCARACTERIZAR AS INFRAÇÕES CONTIDAS NOS AUTOS. CONSEQUÊNCIAS DANOSAS A SAÚDE PÚBLICA. FISCALIZAÇÃO REVESTIDA DE FÉ PÚBLICA. PENALIDADE DE MULTA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Vigilância Sanitária e seus Agentes Públicos primam pela garantia e segurança da saúde pública à população. Auto de Infração lavrado consubstanciado na ocorrência de várias infrações, dentre elas o envio de receita B2 previamente assinada e carimbada para preenchimento no ato da venda, possibilitando o uso indevido de medicação, posologia e dosagem errada, bem como pela autuada prescrever em receituário simples, medicamentos da Portaria 344/98 da ANVISA, impossibilitando a aquisição ou pesquisa em outros estabelecimentos senão ao acordado previamente. Recorrente não trouxe aos autos qualquer prova ou mesmo argumento capaz de levar a entendimento favorável ao seu pleito. Recurso conhecido e desprovido. Auto de infração mantido na íntegra.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa ; 2. Benedito Oscar Fernandes de Campos; 3. João Tito S Cademartori Neto ; 4. Elias Correia Pedrozo; 5 Reginaldo da Conceição Amorim e 6. Luiz Mário Massad Gomes da Silva.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 13 de fevereiro de 2.019

*Jaime Marcelino Ferreira Júnior*  
Conselheiro Relator

*João Tito S Cademartori Neto*  
Presidente da Turma  
Conselho de Recursos Fiscais

*Sônia Cristina de Oliveira Lelis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá



**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 20 de fevereiro do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0035/2019

Conselheiro Relator: *Benedito Oscar Fernandes de Campos*

Recorrente: **CONDOMINIO DO CENTRO COMERCIAL ITALIA CENTER**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso de Ofício nº: 0.013.658/2018-1-1 de 09/04/2018

Auto de Infração – Multa nº 5449/2018 – SMF - Valor: R\$ 1.137,57

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO ISSQN E PROCESSUAL CIVEL - RECURSO DE OFÍCIO – AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO ISSQN EM SUA MODALIDADE RETIDO, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2013 – COMPROVAÇÃO DE RECOLHIMENTO DO AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO, BEM COMO DO JULGADOR DE PRIMEIRA INSTÂNCIA – SÚMULA 346 STF – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODE DECLARAR A NULIDADE DOS SEUS PRÓPRIOS ATOS – INSUBSISTÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO FISCAL – AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO Nº 5449/2017 – Recurso conhecido em fase de reexame e manutenção da decisão de 1ª Instância, conseqüente insubsistência do Auto de Infração e Apreensão nº 5449/2017.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela insubsistência do NAI nº 5449/2018 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa ; 2. André Santos Castro; 3. João Tito S Cademartori Neto ; 4. Elias Correia Pedrozo; 5 Reginaldo da Conceição Amorim e 6. Jaime Marcelino F. Junior

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 20 de fevereiro de 2.019

*Benedito Oscar Fernandes de Campos*  
Conselheiro Relator

*João Tito S Cademartori Neto*  
Presidente da Turma  
Conselho de Recursos Fiscais

*Sônia Cristina de Oliveira Lelis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 26 de fevereiro do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0036/2019

Conselheiro Relator: *Divalmo Pereira Mendonça*

Recorrente: **MTRES FIT LTDA-ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMF

Recurso de Ofício nº: 0.0128549/2017-1 de 29/11/2017

Auto de Infração – Multa nº 2108/2017 – SMF – Valor: R\$ 374.338,17

**EMENTA**

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN. RECOLHIMENTO A MENOR. NÃO EMISSÃO DE NFS-e. NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO – NAI Nº 2108/2017. LAVRATURA DA NAI EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA NACIONAL E LOCAL VIGENTE. (ART.142-CTN, ARTS. 95 E 97-CTM). MULTA. CARATER NÃO CONFISCATÓRIO. NÃO OCORRÊNCIA DE SONEGAÇÃO OU FRAUDE FISCAL. LAVRATURA DE TFO ANTES DE LAVRATURA DE NAI, IMPOSSIBILIDADE. PRAZO DA LAVRATURA DA NAI FOI ANTERIOR AO PRAZO DE VIGENCIA DO PROGRAMA ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO QUE AUTORIZA LAVRATURA TFO (§1º DO ART.102-A DO CTM c/c art.2º da PORTARIA SMF Nº 058/2017). RECURSO IMPROVIDO. NAI MANTIDA

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência da NAI nº 2108/2017, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1.Dauto Barbosa Castro Passore; 2. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 3.Marcelo Daubian Paes de Barros; 4. Nicolau Jorge Budib; 5 Roberto Carlone de Assis e 6. Vitor de Oliveira Tavares

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 26 de fevereiro de 2.019

*Divalmo Pereira Mendonça*  
Conselheiro Relator

*Vitor de Oliveira Tavares*  
Presidente da Turma  
Conselho de Recursos Fiscais

*Edilson Rosendo da Silva*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 27 de fevereiro do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0037/2019

Conselheiro Relator: *Reginaldo Conceição Amorim*

Recorrente: **TREVO DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA DE PAPEL LTDA**

Recorrido: Vigilância Sanitária- SMS

Recurso de Ofício nº: 009504/2018-1 de 12/09/2018

Auto de Infração – Multa nº 354/2019 – SMF - Valor: R\$ 2.492,68

**EMENTA**

DECISÃO DE 2ª INSTANCIA ADMINISTRAÇÃO. RECURSO VOLUNTÁRIO. MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO. LEGALIDADE DA MULTA APLICADA. SOB ENFOQUE DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA. INFRAÇÃO AO ART.755 § 2º, XXXII DA LC Nº 004/92. ALTERADA PELA LEI 416/2006. RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA. MULTA A SER RECOLHIDA COM AS COMINAÇÕES LEGAIS.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S. Cadermatori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência da NAI nº 2108/2017, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1.Benedita Madaleno da Costa; 2. João Tito Shenini Cadermatori Neto; 3.Marcos de Lima Roitman; 4. Jaime Marcelino F. Júnior; 5. Onofre Russo Filho

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Cuiabá, 27 de fevereiro de 2.019

*Reginaldo Conceição Amorim*  
Conselheiro Relator

*João Tito S. Cadermatori Neto*  
Presidente da Turma  
Conselho de Recursos Fiscais

*Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 28 de fevereiro do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0038/2019

Conselheiro Relator: *Benedito Oscar Fernandes de Campos*

Recorrente: **UNIÃO EDUCACIONAL CÂNDIDO RONDON-UNIRONDON**

Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda- SMF

Recurso de Ofício nº: 088.267/2018-1 de 17/08/2018

Auto de Infração – Multa nº 54510/2016 – SMF - Valor: R\$ 3.287.072,31

**EMENTA**

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO TRIBUTÁRIO. REVISÃO DE OFÍCIO DO ISSQN. LANÇAMENTO COMPLEMENTAR. RECONHECIMENTO DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DE PARTE DO PERÍODO COMPROVADA. RETIFICAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO PELA 1ª INSTÂNCIA. NEGADO PROVIMENTO AOS RECURSOS DE OFÍCIO E VOLUNTÁRIO PELA 1ª TURMA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. ALEGA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA – NÃO CARACTERIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE NOVOS FATOS OU DE INTERPRETAÇÃO JURÍDICA. Pedido de Reconsideração interposto em face de Acórdão proferido pela 1ª Turma do Conselho de Recursos Fiscais, fls 268, que por unanimidade de votos reconheceu e negou provimento aos recursos de ofício e voluntário, ratificando assim a decisão monocrática. Ante a ausência de fatos novos, ou mesmo comprovação por parte do autuado no que tange à contrariedade de decisão judiciário, onde voto pelo reconhecimento do Pedido de Reconsideração e nego provimento, mantendo inalterada a decisão de 1º grau originária da Secretaria Municipal de Fazenda, a qual julgou parcialmente insubsistente o Auto de Infração e Apreensão nº 0054510/2016, tendo em vista a confecção do Termo Aditivo.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **sessão plenária**, sob a Presidência do Senhor Dauto Barbosa Castro Passare, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o pedido de Reconsideração, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência da NAI nº 54510/2016, **ratificando** a Decisão da 1ª Turma do Conselho de Recursos Fiscais. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1.Benedita Madaleno da Costa; 2.João Tito S. Cadermatori Neto; 3.Marcos de Lima Roitman; 4.Jaime Marcelino F. Júnior; 5.Reginaldo C.Amorim; 6.Nicolau J.Budib; 7.Marcelo Daubian P. de Barros; 8.Vitor de O. Tavares; 9.Filipe André B. do N.Sanches; 10.Elias C.Pedrozo; 11.Divalmo P.Mendonça--

Presentes no julgamento o Representante Fiscal do Município, Dr. Edilson Rosendo da Silva e Dra. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 28 de fevereiro de 2.019

*Benedito Oscar Fernandes de Campos*  
Conselheiro Relator

*Edilson Rosendo da Silva e Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis*  
Representantes Fiscais do Município de Cuiabá

*Dauto Barbosa Castro Passare*  
Presidente da Sessão